

Dimensões da Educação do Campo no Amazonas: pistas a partir da literatura especializada

 Camila Ferreira da Silva¹,  Janderson Bragança Ribeiro²,  Márcio de Oliveira³,  Heloisa da Silva Borges⁴

^{1, 2, 3, 4} Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Faculdade de Educação. Avenida General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3.000, Coroado I, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Norte, Pavilhão Rio Uatumã. Manaus - AM. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: cfsilva@ufam.edu.br

RESUMO. A pesquisa que sustenta este artigo traçou como objetivo geral o exercício de compreender as dimensões políticas da Educação do Campo (EC) no país e no contexto amazonense, o que se concretizou a partir de um balanço do trabalho intelectual em torno da realidade camponesa. O artigo apresenta um mapeamento bibliográfico das produções referentes às políticas públicas de EC no Brasil e no Amazonas. Este diálogo entre o nacional e o local expressa-se no percurso metodológico da revisão de literatura, o qual contou com levantamentos nos repositórios da Universidade Federal do Amazonas e da Universidade do Estado do Amazonas e nas bases eletrônicas Scielo, Google Acadêmico e Periódicos Capes. Dentre os resultados e conclusões, destacam-se os seguintes achados da investigação: os movimentos sociais do campo protagonizam o delineamento das políticas para a EC no Brasil; as dimensões política, pedagógica e produtiva da EC são ratificadas; o conceito de desenvolvimento sustentável encontra-se em disputa; ao passo que as especificidades do campo amazônico residem no confronto entre a histórica exploração dos recursos naturais, o modo de vida camponês e as desigualdades sociais.

Palavras-chave: educação do campo, políticas públicas, desenvolvimento regional.

Dimensions of Rural Education in the Amazonas: clues from the specialized literature

ABSTRACT. The research that supports this article outlined as a general objective the exercise of understanding the political dimensions of Rural Education (EC) in the country and in the Amazonian context, which was materialized from a balance of intellectual work around the rural reality. The article presents a bibliographical mapping of the productions related to public policies in RE in Brazil and Amazonas. This dialogue between national and local is expressed in the methodological path of the literature review, which included searches in the Federal University of Amazonas and the State University of Amazonas repositories and in the Scielo, Google Academic and Capes Periodicals electronic databases. Among the results and conclusions, the following research findings are highlighted: the social movements in the countryside are the protagonists in the design of policies for RE in Brazil; the political, pedagogical and productive dimensions of CE are ratified; the concept of sustainable development is in dispute; while the specificities of the Amazonian countryside lie in the confrontation between the historical exploitation of natural resources, the peasant way of life and social inequalities.

Keywords: rural education, public policies, regional development.

Dimensiones de la educación rural en Amazonas: pistas de la literatura especializada

RESUMEN. La investigación que sustenta este artículo tuvo como objetivo general el ejercicio de la comprensión de las dimensiones políticas de la Educación del Campo (EC) en el país y en el contexto amazónico, lo cual se materializó a partir de un balance de trabajo intelectual en torno a la realidad rural. El artículo presenta un mapeo bibliográfico de las producciones relacionadas con las políticas públicas de ER en Brasil y Amazonas. Este diálogo entre lo nacional y lo local se expresa en el recorrido metodológico de la revisión de la literatura, que incluyó encuestas en los repositorios de la Universidad Federal de Amazonas y la Universidad Estatal de Amazonas y en las bases de datos electrónicas Scielo, Google Academic y Capes Periodicals. Entre los resultados y conclusiones, se destacan los siguientes hallazgos de la investigación: los movimientos sociales rurales tienen un rol protagónico en el diseño de políticas para la EC en Brasil; se ratifican las dimensiones política, pedagógica y productiva de la EC; el concepto de desarrollo sostenible está en disputa; mientras que las especificidades del campo amazónico radican en el enfrentamiento entre la explotación histórica de los recursos naturales, el modo de vida campesino y las desigualdades sociales.

Palabras clave: educación rural, políticas públicas, desarrollo regional.

Introdução

A Educação do Campo (EC) e sua política emergem da luta por educação de qualidade para os povos do campo, vinculada aos processos de trabalho, ao movimento social, à família e ao modo de ser e existir do/a camponês/camponesa. Diversos/as autores/as, como Arroyo e Fernandes (1999), Caldart (2004) e Borges (2015), enfatizam a necessidade de uma escola que seja do campo, para o povo do campo e que esteja no campo. Tal luta possui dimensões políticas que envolvem nada menos que os direitos básicos, como o direito à vida, ao trabalho, moradia digna, direito ao acesso e permanência à escola de qualidade, enfim, a EC está vinculada ao movimento social que busca a materialização de direitos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) e ainda, à conquista de novos direitos em um jogo de correlação de forças entre os/as trabalhadores/as do campo, o capital e o Estado.

A justificativa para a realização de uma revisão de literatura sobre a EC emerge da necessidade de compreendermos seus aspectos políticos, sociais, culturais, históricos e como estes se articulam, assumindo que não se trata apenas de uma modalidade de ensino

apresentada como direito positivo, mas sim de um elemento crucial da luta dos povos do campo, que, com sua complexidade e diferentes facetas, não engendra uma existência em si e para si, ao contrário, ela se relaciona com o cotidiano da vida e da luta desses povos, despontando assim como uma das bandeiras no processo de construção e legitimação de um modo de vida próprio. Ademais, o mapeamento possibilita análises e reflexões das bases teóricas de uma pesquisa em andamento no nível de pós-graduação, a qual tem o objetivo de realizar um balanço do trabalho intelectual sobre a realidade campesina no cenário amazônico com base nas especificidades de uma reserva de desenvolvimento sustentável.

A questão que elegemos como problema, e que confere corpo a este artigo, se expressa da seguinte forma: Como a EC, enquanto direito, se relaciona com as políticas públicas e o desenvolvimento regional? A partir disso, desenhamos como objetivo geral o exercício de compreender as dimensões políticas da EC no país e, mais especificamente, no contexto amazonense por meio da literatura acadêmica especializada. Revisar a produção bibliográfica contemporânea sobre a EC foi, portanto, o caminho que tomamos para alcançar este objetivo mais amplo e

aqueles que lhe conferem sentidos mais específicos, a saber: mapear a produção acadêmica que se aproxima da problemática aqui traçada; ler e selecionar, no interior desta produção, aquelas publicações que melhor nos ajudam a avançar com relação ao objetivo geral do estudo; apreender as tendências e os traços comuns no conjunto da produção selecionada; apreender e refletir sobre as relações entre a EC, as políticas públicas e o desenvolvimento regional, com especial atenção às produções de intelectuais que disseminam suas publicações a partir do estado do Amazonas.

Para tanto, foram definidas algumas bases para as buscas do material bibliográfico sobre o qual nos debruçamos: as bibliotecas (físicas) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) para compor a busca de livros, artigos, dissertações e teses físicas, pelo que se estabeleceram como primeira fase das buscas; depois a busca se ocupou de bases digitais no banco de dissertações e teses da UFAM e da UEA; na terceira fase foram efetuadas buscas nas plataformas da *Scielo*, do *Google Acadêmico* e do Portal de Periódicos da Capes; e, na última fase realizamos buscas por autores/as diretamente na plataforma de currículos *Lattes* e integramos alguns textos indicados

por professores/as das disciplinas ofertadas pelo Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFAM.

No decorrer da revisão surgiram alguns percalços, a conjuntura da pandemia da Covid-19¹ levou as bibliotecas a fecharem as portas, impossibilitando assim o acesso a muitos textos físicos, o que impactou o trato deles no presente artigo de tal forma que os textos privilegiados foram aqueles encontrados nas bases digitais, como *ebooks*, artigos publicados em periódicos *online* e dissertações e teses disponibilizadas digitalmente. Este artigo se divide em 5 breves seções contando com a introdução e as considerações finais.

Na seção denominada *Síntese do Percorso Metodológico* explicitamos os rumos tomados pela revisão de literatura, descrevendo as buscas de maneira sucinta e demonstrando ao leitor a correlação do caminho percorrido para levantar bibliografia sobre a EC e suas correlações com as políticas públicas e com nossa questão norteadora. Na sequência temos a seção *Discutindo os resultados das buscas: caminhos e descobertas da revisão de literatura*, na qual apontamos as produções sobre Políticas Públicas e EC em bases digitais, as produções disponíveis nas instituições amazonenses, nos acervos das

bibliotecas da UFAM e UEA, e desenhamos já um breve diálogo sobre a literatura especializada produzida no Amazonas em torno do tema. Direcionamos nossos esforços na busca por dissertações e teses produzidas pelos programas de pós-graduação da UFAM e UEA. Além disso, descrevemos as publicações em periódicos qualificados de intelectuais do Amazonas sobre a articulação entre EC e políticas públicas.

Por fim, na seção *Discussão sobre as dimensões e articulações das políticas de Educação do Campo* trabalhamos alguns dos textos da revisão para compor a síntese reflexiva a partir do *corpus* bibliográfico, buscando pistas sobre as dimensões da EC e as relações existentes entre as categoriais “políticas públicas” e “desenvolvimento regional” e como se expressam no estado do Amazonas como recorte da realidade Amazônica mais ampla.

Síntese do percurso metodológico

Acreditamos que todo e qualquer percurso metodológico de uma pesquisa não surge pronto para o/a pesquisador/a, envolve tomada de decisões com o intuito de se alcançar os objetivos propostos para a pesquisa, portanto, essas decisões não podem ser tomadas de qualquer maneira. Em nosso caso lidamos com processos que envolvem a educação e o direito de povos

tradicionais, e por isso a abordagem em que a pesquisa se insere é a qualitativa, a qual, conforme Minayo (2001), se desenvolve a partir de um universo de significados em que seus processos não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se apresentou como uma revisão sistemática de literatura, que corresponde a uma estratégia proposta para: “... identificar os estudos sobre um tema em questão, aplicando métodos explícitos e sistematizados de busca; avaliar a qualidade e validade desses estudos, assim como sua aplicabilidade no contexto onde as mudanças serão implementadas, para selecionar os estudos” (De-La-Torre-Ugarte, Takahashi & Bertolozzi, 2011, p. 1261).

Para tanto, a revisão seguiu os seguintes passos: i) construção do problema de pesquisa; ii) delimitação dos objetivos; iii) escolha das bases científicas a serem utilizadas; iv) definição das categorias e descritores de busca; v) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de textos; vi) fichamento e síntese analítica dos materiais.

A definição do problema decorreu a partir da necessidade do embasamento teórico da dissertação de uma pesquisa de mestrado em Educação concluída em 2021,

intitulada “Educação do Campo e políticas de permanência na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã”. E foi ainda instigada por uma pergunta feita à turma de pesquisadores/as de mestrado na disciplina “Educação, Políticas e Desenvolvimento regional” (PPGE/UFAM), a saber: como as discussões feitas nessa disciplina contribuem para o desenvolvimento da sua dissertação de mestrado?

A partir disso delimitamos uma questão norteadora para a revisão de literatura, já descrita na introdução, mas que insistimos em repeti-la aqui: como a EC, enquanto direito, se relaciona com as políticas públicas e o desenvolvimento regional?

A escolha de duas universidades para a composição de nossas buscas, tanto para os textos físicos como os seus repositórios *online* de dissertações e teses, se deu por conta das suas contribuições para a EC no estado do Amazonas, pois a partir de buscas anteriores a este momento mais sistemático da revisão bibliográfica já tínhamos verificado que a UFAM e a UEA estavam envolvidas com programas de formação inicial e continuada de professores/as do campo. E, exatamente por esta atuação, tais instituições impactaram de maneira significativa a realidade empírica de alguns locais do

campo Amazônico, bem como a própria produção de conhecimento científico acerca da EC.

Já a seleção das bases do *Google Acadêmico*, do *Scielo* e do Portal de Periódicos da Capes se deu pela abrangência de textos científicos, em especial artigos de revistas científicas disponibilizados de maneira virtual e gratuita. Os descritores de busca foram definidos a partir da escolha de categorias *a priori* com base nas buscas e leituras prévias com caráter exploratório, a saber: Educação do Campo; educação e democratização; acesso e permanência; políticas públicas e educação; desenvolvimento regional.

As estratégias de seleção do *corpus* de artigos privilegiaram a leitura dos títulos, seguida da leitura flutuante destes, e na sequência os textos selecionados foram fichados para a composição do texto-síntese deste manuscrito. Foram excluídos do escopo da pesquisa as produções relacionadas à educação especial, deficiência e licenciatura, pois notamos que não tocavam no núcleo de nossa discussão. Destacamos que as buscas foram realizadas entre abril e julho de 2020. Foram ainda integrados a este movimento de revisão bibliográfica textos indicados por outros/as pesquisadores/as que pertencem ao PPGE-UFAM,

possibilitando assim um afinamento no que tange à produção amazonense sobre o tema, que estava previsto nos nossos objetivos iniciais.

Enfatizamos que no decorrer da pesquisa houve o surgimento de categorias emergentes, isto é, ao longo das leituras emergiram temas e categorias apontadas pelos/as autores/as que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e a partir deles verificamos a necessidade de buscas exploratórias para complementar as categorias escolhidas *a priori* – por isso certos descritores que foram buscados em algumas bases não foram buscados em outras. A seguir discutiremos sobre a EC em bases digitais e a sua importância no contexto desta revisão.

A disponibilidade de produções científicas em bases digitais tem importância singular nesta pesquisa, pois com a situação de pandemia do Coronavírus as universidades fecharam suas portas seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e com isso os seus acervos bibliográficos físicos ficaram inacessíveis. Dessa forma, embora tenhamos selecionado preliminarmente um número significativo de produções físicas/impresas, não foi possível trabalhar esses textos na feitura deste artigo exatamente pela impossibilidade de ter acesso a este *corpus*

de publicações em função do cenário pandêmico.

Embora a maioria dos textos disponíveis nas instituições amazonenses elegidas como base para a revisão de literatura esteja inviável de ser trabalhada no momento pelas limitações da situação pandêmica apresentamos os resultados dessa frente de buscas porque ela acaba servindo como um retrato da produção local sobre o tema, bem como enquanto um guia para futuras pesquisas preocupadas em objetivar a EC no estado do Amazonas e em outros territórios amazônicos.

Discutindo os resultados das buscas: caminhos e descobertas da revisão de literatura

Nesse contexto as bases digitais ganham centralidade, destacamos que nessas bases, embora fossem apresentados muitos resultados, inicialmente eles não eram satisfatórios, posto que muitas vezes se buscava um descritor ou palavra-chave e os resultados tangenciavam nosso tema e objeto de pesquisa. A partir de buscas exploratórias assistemáticas acabamos percebendo que ao restringir o período das buscas para anos mais recentes e organizar a busca por relevância eram apresentados dados mais satisfatórios. Assim, buscamos as produções mais recentes nas grandes bases digitais, restringindo o período das

buscas aos anos entre 2014 e 2020, ordenamos por relevância e adicionamos filtros tanto para incluir textos quanto para excluir.

Por exemplo: ao buscar o termo “Educação do Campo” em uma das bases obtínhamos milhares de resultados, porém surgem muitos textos que não tratam

necessariamente da EC, uma vez que em muitos títulos encontramos as palavras “educação” e “campo” separadamente, e assim esta busca apresentava títulos como, por exemplo, “Antropologia, diversidade e educação: um campo de possibilidades”. Vejamos a seguir as buscas na base *Scielo*:

Quadro 1 – Sistematização do levantamento dos textos na base *Scielo*.

Busca	Palavra-chave	Resultado Inicial	Filtros	Técnica de seleção	Resultado Final
1	Educação do Campo	3 446	Coleções: Brasil Citáveis Mais recentes Artigos	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	8
2	Políticas Públicas e Educação	11 354	Coleções: Brasil Citáveis Mais recentes Artigos	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	7
3	Desenvolvimento Regional Sustentável	126	Coleções: Brasil Citáveis Artigos	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	5
4	Permanência Escolar	130		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	0
Total de textos selecionados nesta base científica					20

Fonte: Os/As autores/as (2021).

Ao todo, os resultados somam 15.056 textos, com os filtros e as técnicas de seleção foram escolhidos como resultado 20 textos no *Scielo*. O principal obstáculo que enfrentamos nas buscas foi o de nos deparar com o resultado insatisfatório relacionado à permanência escolar, os descritores e as palavras-chave desta busca sempre retornaram textos e dados referentes à política de permanência na universidade, o que pode levar à falsa

inferência de que a permanência na educação básica é uma discussão esgotada ou superada.

Entretanto, a oferta de ensino, a evasão e a permanência no campo devem ser discutidas, considerando as dificuldades de deslocamento na Amazônia, as distâncias das comunidades ribeirinhas e o fato de que nem todas as comunidades possuem escolas em seu território. Na sequência, observemos o

caso do *Google Acadêmico* e os processos de buscas e seleção dos textos para compor o corpo da nossa revisão de literatura:

Quadro 2 – Sistematização do levantamento dos textos na base *Google Acadêmico*.

Busca	Palavra-chave	Resultado Inicial	Filtros	Técnica de seleção	Resultado Final
1	Educação do Campo	5 780	-saúde, -especial Textos mais recentes	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	8
2	Políticas Públicas e Educação	284	In título	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	7
3	Desenvolvimento Regional Sustentável	175.000	Allintitle relevância	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	6
4	Permanência Escolar	101	-superior -inclusão - inclusiva - profissional -idosos	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	3
5	Unidades de Conservação	435.000	Política; capitalismo	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	29
Total de textos selecionados nesta base científica					53

Fonte: Os/As autores/as (2021).

Na base *Google Acadêmico* foi encontrado um total de 616.165 textos, o que significa que, com uma busca a mais do que o *Scielo*, esta base nos levou a lidar inicialmente com cerca de 40 vezes mais resultados. Após o uso dos filtros e das técnicas de seleção, obtivemos o total de 53 textos, a busca de mais um descritor no *Google Acadêmico* foi integrada após notarmos que o levantamento não daria conta de corresponder de maneira significativa para a realidade concreta da pesquisa de mestrado que influenciou a produção deste artigo, isto é, sem essa busca estaríamos arriscando deixar uma lacuna importante sobre as discussões que

se referem às políticas voltadas para as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Dessa forma, optamos por realizar a busca apenas na base acima descrita, pressupondo que os resultados estiveram a contento (de maneira geral) das necessidades que envolvem a questão da RDS. Além disso, verificamos posteriormente que o desenvolvimento surgia como categoria emergente em alguns textos levantados nas demais bases.

Este trabalho de, a partir de filtros e planejamentos de busca, lidar com resultados bastante amplos se confirmou no trato com o Portal de Periódicos da CAPES, observemos, pois, os dados desta

frente de buscas e as estratégias a que recorremos:

Quadro 3 – Sistematização do levantamento dos textos na base Periódicos Capes.

Busca	Palavra-chave	Resultado Inicial	Filtros	Técnica de seleção	Resultado Final
1	EC	1174648	Universidades do Norte Depois por orientador	(x) Título () Autoria (x) Resumo	12
2	Políticas Públicas	119487	Área educação	(x) Título () Autoria (x) Resumo	6
3	Desenvolvimento Regional	335918	Teses e Dissertações Universidades do Norte Depois por orientador	(x) Título () Autoria (x) Resumo	7
4	EC e Políticas Públicas	2 222	Últimos 2 anos Relevância	(x) Título () Autoria (x) Resumo	6
5	Desenvolvimento Regional Sustentável	2 657	Últimos 2 anos Relevância Artigos	(x) Título () Autoria (x) Resumo	6
Total de textos selecionados nesta base científica					37

Fonte: Os/As autores/as (2021).

Na base de periódicos da Capes nos deparamos com o total de 1.634.932 produções, entretanto, com uma dificuldade enorme de encontrar textos que realmente correspondessem aos descritores utilizados e aos objetivos que traçamos, resolvemos então filtrar primeiramente por tipo de texto (teses e dissertações); depois elegemos os textos das universidades do Norte do Brasil para os descritores educação do campo e desenvolvimento regional; já sobre políticas públicas conseguimos bons resultados filtrando apenas pela área da educação; foi então

que encontramos textos que já discutiam com muita qualidade as articulações entre EC, políticas públicas e o desenvolvimento regional sustentável.

Assim, fizemos buscas juntando os termos, restringindo-os para os últimos dois anos e ordenamos por relevância; ao final foram selecionados 37 textos. Dessa forma, somando as três bases digitais aqui descritas obtivemos como resultado 110 textos, os quais passaram a compor o *corpus* da nossa revisão bibliográfica.

A maior contribuição das buscas desenvolvidas foi a identificação de

elementos que subsidiam as articulações e contradições entre EC e desenvolvimento regional sustentável, que se expressam nas contribuições dos/as autores/as com referências aos campos de disputa atrelados aos modos e processos de concepção destes conceitos. Embora a busca a que se refere o descritor “permanência escolar” não tenha revelado resultados satisfatórios, a busca sobre a EC nos apresentou a nucleação de escolas como categoria que poderá contribuir na compreensão da materialidade relacionada à permanência escolar dos/as estudantes do campo em pesquisas futuras.

Devemos salientar que no *corpus* da revisão de literatura que empreendemos, a discussão sobre a EC se destaca por ser essencialmente política, as abordagens dos/as autores/as por si só já articulam a EC às nuances políticas principalmente no cenário nacional, mas também no cenário internacional.

A principal contribuição científica que atribuímos aos resultados das buscas é o avanço do conhecimento sobre temáticas relativamente novas, como a EC e sua relação com o Desenvolvimento Sustentável – os debates da EC se iniciam no final da década de 1990, Souza (2020) apresenta dados sobre as produções de dissertações e teses com apenas três trabalhos em 2002, já no ano de 2018 esse

número é de 110 trabalhos produzidos. E, mais especificamente sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rejani (2011) e Seabra (2011) apontam que o tema foi abordado inicialmente no início da década de 1970, com as conferências sobre o meio ambiente e seus impactos na produção intelectual no país.

A importância do direcionamento de parte da nossa revisão de literatura para a produção que tem se desenvolvido a partir da comunidade científica amazonense se vincula ao potencial desta produção para a compreensão das especificidades locais sobre as quais a EC ganha materialidade no cenário amazônico. A leitura e o diálogo com os/as autores/as da região é condição para não somente a viabilidade do aspecto cumulativo da ciência, mas, sobretudo para a feitura de novas investigações com fundamentação a partir de um referencial que discute a realidade local.

Nesse sentido, as sistematizações em torno das buscas nas bases da UFAM e da UEA nos falam de um lugar do qual parte esta produção acadêmica, ou seja, da intelectualidade amazonense que se debruça sobre a EC, mas, sobretudo de um lugar dos povos do campo que viram sujeitos dessas pesquisas:

Quadro 4 – Sistematização do levantamento dos textos na Biblioteca da UFAM.

Busca	Palavra-chave	Resultado Inicial	Filtros	Técnica de seleção	Resultado Final
1	EC	33	Formato Local -licenciatura -especial -deficiência	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	8
2	Educação e democratização	61	Formato Local -licenciatura -especial -deficiência	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	3
3	Acesso e Permanência	12	Formato Local -licenciatura -especial -deficiência	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	2
4	Políticas Públicas e Educação	28	-superior -inclusão - inclusiva - profissional -idosos	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	8
5	Desenvolvimento Regional	65	-superior -inclusão - inclusiva - profissional -idosos	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	12
Total de textos selecionados nesta biblioteca					33

Fonte: Os/As autores/as (2021).

Diferentemente das Bases digitais, as bibliotecas físicas são bem mais limitadas quanto ao número de textos disponíveis, entretanto, os resultados iniciais foram bem mais consistentes na correspondência dos textos com os descritores que eram utilizados em cada nova busca. A soma dos resultados iniciais da biblioteca da UFAM foi de 199 textos. Após a aplicação de filtros obtivemos o total de 33 textos, a maior parte do material bibliográfico centra-se no formato de livro e contempla autores locais.

Ressaltamos que formatos como folhetos, apostilas e catálogos foram

excluídos e procedemos da mesma forma na Biblioteca da UEA. Devido ao fechamento das bibliotecas físicas não foi possível obter os textos, mas os resultados poderão ser trabalhados em futuras pesquisas. Tendo em vista esta limitação, apontamos como principais resultados o livro *Dicionário da educação do campo* de Caldart, Pereira, Alentejano e Frigotto (2012), e *A educação básica e o movimento social do campo* de Arroyo e Fernandes (1999), pois essas publicações são frequentemente citadas nas produções que selecionamos em nossas buscas.

As buscas na Biblioteca da UEA, por sua vez, também apresentaram resultados bem consistentes, mas da mesma forma que nas buscas da biblioteca da UFAM os textos da biblioteca da UEA

não estão disponíveis devido às restrições impostas pela pandemia, vejamos os resultados das buscas a seguir:

Quadro 5- Sistematização do levantamento dos textos da Biblioteca da UEA.

Busca	Palavra-chave	Resultado Inicial	Filtros	Técnica de seleção	Resultado Final
1	EC	22		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	14
2	Acesso e Permanência	65		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	3
3	Educação e democratização	24		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	1
4	Políticas Públicas e Educação	46		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	4
5	Desenvolvimento Regional	46		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	3
Total de textos selecionados nesta biblioteca					25

Fonte: Os/As autores/as (2021).

Inicialmente obtivemos 203 textos, nesta base não foram utilizados filtros, os textos foram selecionados apenas a partir da leitura dos títulos e resumos, como resultado final selecionamos 25 textos. Destas buscas destacamos o texto *Educação do campo: marcos normativos*, do Ministério da Educação (2012), pois apresenta leis, resoluções e normas referentes à EC até o ano de sua publicação, demonstrando contornos de uma política de educação específica para o campo, pondo em destaque o Decreto n°

7.352 de 4 de novembro de 2010 (Brasil, 2010), que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Questões específicas sobre o desenvolvimento regional amazônico, a EC e outras categorias são explicitadas nestes textos que são construídos a partir de pesquisas sobre a realidade da Amazônia e, mais especificamente, do estado do Amazonas, como o livro *Desenvolvimento regional da Amazônia: limites e*

possibilidades de Magalhães e Lyra Júnior (2015), que aborda sobre Desenvolvimento sustentável, Meio ambiente, Recursos naturais na Amazônia; e a monografia *A educação do campo na concepção e no trabalho pedagógico dos professores de uma escola da zona rural de Manaus* de Mendes (2010), que nos chamou atenção por ser um trabalho de conclusão de curso (pedagogia) orientado por uma das intelectuais elegidas em nossas buscas por autor/a.

Dessa forma, a potencialidade inerente ao acervo destas universidades de

nos apoiar no exercício intelectual na busca do desvelamento das nuances pertencentes às categorias elegidas para a feitura do presente artigo é mitigada pelos impactos da pandemia do Coronavírus. Assim, neste momento a contribuição destas instituições poderá se evidenciar apenas a partir das reflexões propiciadas pelas análises de seus bancos de textos digitais.

Quadro 6 - Sistematização do levantamento dos textos no repositório Tede UFAM.

Busca	Palavra-chave	Resultado Inicial	Filtros	Técnica de seleção	Resultado Final
1	EC	4926		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	10
2	Políticas Públicas e Educação	3500		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	8
3	Desenvolvimento Regional	4661		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	8
4	Permanência Escolar	2486		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	0
Total de textos selecionados neste repositório					26

Fonte: Os/As autores/as (2021).

Notamos que a UFAM tem uma rica produção de conhecimento relacionada aos descritores buscados, foram 15.619 resultados obtidos inicialmente. Há alguns problemas na plataforma no que tange à utilização de filtros, entretanto, isso não

afetou nossas buscas, escolhemos os textos a partir da leitura dos títulos e resumos e com isso nosso resultado final foi de 26 textos selecionados.

Veremos a seguir que o repositório sobre o tema:
da UEA tem uma produção bem menor

Quadro 7- Sistematização do levantamento dos textos no Repositório da UEA.

Busca	Palavra-chave	Resultado Inicial	Filtros	Técnica de seleção	Resultado Final
1	EC	315		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	4
2	Políticas Públicas	305		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	3
3	Desenvolvimento Regional	211		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	7
4	Permanência Escolar	8		(x) Título ()Autoria (x)Resumo	0
Total de textos selecionados neste repositório					14

Fonte: Os/As autores/as (2021).

Atribuimos o número menor de produção da UEA em relação à UFAM ao fato de que a criação de uma é bem mais recente que a outra, assim, a criação dos programas de pós-graduação da UEA é mais hodierna ainda e tais PPGs, menos numerosos. Segundo o *site* institucional da UFAM (ca. 2018), sua história data de 1909, já no *site* da UEA (2001) constatamos que ela foi criada em 2001. Embora esta instituição possua um quantitativo bem menor de teses e dissertações, não podemos desprezá-las, tendo em vista a centralidade de que esta universidade pública tem gozado na formação de nível superior no Amazonas, ao lado da UFAM. Nas buscas iniciais foram encontrados 839 textos, da mesma

forma não foi possível a aplicação de filtros e utilizamos apenas as leituras dos títulos e resumos para alcançar o resultado final, com a seleção de 14 textos.

A realidade diversa da Amazônia é expressa nos textos escolhidos nos repositórios institucionais das duas universidades, as pesquisas que resultam nas teses e dissertações sobre a EC no estado do Amazonas revelaram características específicas da EC e do Desenvolvimento na região Amazônica e foram essenciais para a discussão sobre as dimensões da política da EC e do Desenvolvimento regional.

Neste conjunto, destacamos o trabalho de Vilhena Júnior (2013), que aponta umas das especificidades cruciais

da Amazônia: o fato de ela ter sido um dos últimos territórios do Brasil a ser colonizado, foi disputada internacionalmente por Espanha e Portugal, e foi vista como uma alternativa à Reforma Agrária que teve como objetivo real dinamizar e minimizar os conflitos sociais em outras regiões agrícolas.

Uma pergunta que surgiu a partir da reflexão do conteúdo do *corpus* em sua parte composta pelas dissertações e teses da UFAM e UEA foi: o desenvolvimento regional sustentável é viável na forma atual de organização produtiva da sociedade capitalista? Tal questão foi abordada como pano de fundo de nossas reflexões, cabendo uma possível resposta em nossas considerações finais.

No levantamento dos textos a partir dos/as autores/as do Amazonas levamos em consideração a indicação da Capes de produção e publicação de artigos em

periódicos, frente que visa à socialização das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação e o seu impacto no mundo científico. Decidimos então fazer o levantamento das produções publicadas em periódicos de autores/as do Amazonas, foram eleitos/as, então, três professores/as da UFAM e uma professora da UEA para realizarmos a busca a partir dos próprios currículos *Lattes* desses/as intelectuais.

Os critérios da seleção dos/as autores/as foram simples: a) ser professor/a da UFAM ou UEA; b) possuir produção intelectual referente à EC, ou às políticas públicas, ou ao desenvolvimento regional; c) possuir projeto de pesquisa atual relacionado à EC, ou às políticas públicas, ou ao desenvolvimento regional.

Quadro 8- Levantamento por autores/as do Amazonas a partir do currículo lattes.

Busca	Autor	Resultado Inicial	Link do CV	Técnica de seleção	Resultado Final
1	Arminda Rachel Botelho Mourão	30 Artigos publicados	http://lattes.cnpq.br/3864748731992379	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	5
2	Heloisa da Silva Borges	3 Artigos publicados	http://lattes.cnpq.br/9429409939324333	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	1
3	Evandro Ghedin	62 Artigos publicados	http://lattes.cnpq.br/5879015398476679	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	2
4	Simone Souza Silva	3 Artigos publicados	http://lattes.cnpq.br/5176094890954618	(x) Título ()Autoria (x)Resumo	0

Total de textos selecionados a partir dos currículos lattes	8
---	---

Fonte: Os/As autores/as (2021).

Como indicamos anteriormente, dedicamo-nos a mapear as produções dos/as intelectuais do Amazonas publicadas em periódicos, mas é necessário enfatizar que tais autores/as possuem vasta e reconhecida produção bibliográfica, especialmente no formato de livros publicados e artigos apresentados em eventos científicos, o que contribui para a socialização e divulgação do conhecimento produzido sobre (e para) a região Amazônica.

Ao todo são 98 artigos publicados em periódicos pelos/as intelectuais que elegemos na revisão bibliográfica, com destaque para Ghedin, que possui 62 artigos publicados ao longo de sua carreira no momento deste levantamento (entretanto, no seu caso são poucas publicações sobre a EC). Selecionamos os textos a partir da leitura dos títulos e resumos e obtivemos como resultado final a seleção de oito artigos. Desses/as autores/as conferimos destaque a Mourão, Nogueira, Araújo e Souza (2015), que apresentam com propriedade aspectos referentes à política e ao desenvolvimento regional.

Estas últimas buscas, mais centradas nas especificidades locais em função de suas bases situarem-se nas

universidades públicas do Amazonas, demonstram como a EC foi se corporificando enquanto área de pesquisa, tema e objeto de investigação na cena recente do ensino superior do estado. Estes/as intelectuais que selecionamos representam possibilidades de formação, na graduação e na pós-graduação, de novas gerações de intelectuais preocupados/as em objetivar as realidades dos povos do campo no cenário amazônico. E, a partir deste cenário, a seguir problematizamos as articulações das políticas públicas de EC.

Discussão sobre as dimensões e articulações das políticas de Educação do Campo

A partir da revisão e análises dos textos observamos no que tange à EC, que ela não possui uma única dimensão, não se trata apenas de uma modalidade de ensino, não se preocupa apenas com a escolarização de crianças, jovens e adultos/as do campo, tampouco é ferramenta para impossibilitar a migração do/a camponês/camponesa, ainda que uma de suas preocupações seja de fato o êxodo rural e suas consequências.

Dessa forma, buscamos identificar no *corpus* da revisão de literatura as diferentes dimensões da EC para depois

refletir de que forma ela pode se articular com a política e com o desenvolvimento regional. Esse exercício permitiu-nos reconhecer de maneira evidente pelo menos três dimensões da EC, nomeadamente: a dimensão política, a dimensão pedagógica, e a dimensão produtiva. Tais dimensões não são estanques, no interior da EC reside sua dialética e essa dialética põe em movimento os diferentes aspectos da EC de maneira que suas múltiplas dimensões se relacionam.

Em sua dimensão política, Vilhena Júnior (2013), Silva (2017), Tavares (2018), Souza (2020), Silva (2020), Muenchen e Sául (2020), Mourão, Uchôa e Vasconcelos (2020) enfatizam a contraposição da EC ao modo de produção da sociedade capitalista, pois se localiza no campo do direito dos povos do campo e se desenvolve a partir dos movimentos sociais que lutam pelo direito a terra. “A luta pela terra, a luta pela reforma agrária são expressões sociais pelas quais o campesinato se posiciona em contraposição ao processo de apropriação da terra, da renda da terra e a expropriação do campesinato” (Batista, 2019, p. 30).

A luta pela terra repercute nacionalmente e se desdobra em todas as outras lutas por direitos dos/as camponeses/camponesas, direito à vida,

dignidade, segurança, lazer, trabalho, ou seja, a luta pela EC emerge das lutas relacionadas à herança da colonização brasileira, marcada pelo latifúndio, expropriação da terra, alienação dos direitos e do trabalho. São lutas contra o desenvolvimento capitalista, que para garantir sua existência faz destes processos um movimento de subordinação.

É no campo de lutas que o movimento social, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), tem pressionado o Estado, e é a partir dessa pressão que a educação dos povos do campo do Brasil vem sendo posta na agenda política e resultando em conquistas. A partir de nosso exercício reflexivo debruçado sobre o *corpus* bibliográfico, apontamos o protagonismo do movimento social na política nacional de Educação do Campo, que desenvolve e põe em prática metodologias e pedagogias articuladas à realidade do campo e pressiona o Estado para o estabelecimento de uma Política de EC que contemple a especificidade da realidade camponesa.

Uma das formas de organização dos movimentos sociais do campo é a realização de eventos como encontros, conferências, assembleias etc. Destacamos o Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) e a Conferência Nacional: Por uma Educação

Básica do Campo como os mais importantes desses eventos, pois preconizam as tomadas de decisão do Estado na materialização da EC como política pública enquanto direito positivo, que tem como marco as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002).

Entretanto, no contexto amazonense, a partir dos estudos de Tavares (2018), Mourão, Uchôa e Vasconcelos (2020) e Vilhena Júnior (2013) é possível notar que o desenvolvimento da EC se dá muito mais por conta das instituições do que pelo movimento social, talvez pelo fato de que o movimento que mais contribui para a EC no país, o MST, não está presente neste estado, porém, não significa que no Amazonas não existam movimentos sociais.

A dimensão pedagógica da EC pode ser sintetizada a partir da compreensão de que sua matriz de referência contempla as pedagogias críticas, para Borges (2015), Silva (2017) e Tavares (2018), o referencial crítico da EC compreende as lutas que se desenvolvem no seio de nossa sociedade com implicações contraditórias que deixam em evidência as relações de exploração e de classe expressas no embate e desenvolvimento da política educacional. Para resumir, utilizaremos os apontamentos de Caldart (2004) sobre as

principais referências que compõem a dimensão pedagógica da EC.

A primeira das referências é a tradição do pensamento pedagógico socialista, que pode nos ajudar a repensar a relação entre educação e produção a partir da realidade concreta dos objetos desse campo; também introduz a dimensão pedagógica do trabalho e da organização coletiva. A segunda referência necessária é a Pedagogia do Oprimido e toda a tradição pedagógica decorrente das experiências da Educação Popular, que incluem o diálogo com as matrizes pedagógicas da opressão (a dimensão educativa da própria condição de oprimido/a) e da cultura (a cultura como formadora do ser humano), especialmente em Paulo Freire. E a terceira referência pedagógica para a EC vem de uma reflexão teórica mais recente, que estamos chamando de Pedagogia do Movimento, e que também dialoga com as tradições anteriores, mas se produz desde as experiências educativas dos próprios Movimentos Sociais, e em especial dos Movimentos Sociais do Campo.

Quanto à dimensão produtiva da EC devemos levar em consideração o trabalho do/a camponês/camponesa, suas formas de produzir e reproduzir sua própria existência, nesse ínterim, o trabalho é para a EC uma categoria fundante. Pois, a partir dele, o ser humano modifica a natureza e

nessa feita modifica a si mesmo (Marx, 1996). Uma questão se infere a partir dos estudos sobre o trabalho no contexto amazônico de Vilhena Júnior (2013), Borges (2015), Uchôa (2018) e Mourão, Uchôa e Vasconcelos (2020), temos que é permeado tanto pela contradição do modo de produção do capital quanto por meio da Dialética da natureza. “Essa contradição se evidencia nos processos produtivos das relações assalariadas; já a dialética da natureza ocorre pelo processo da subida e descida das águas, movimento constante em que o trabalhador constrói e reconstrói as relações sociais” (Mourão, Uchôa & Vasconcelos, 2020, p. 443).

A partir das discussões sobre o trabalho e o modo de produção camponês, Uchôa (2018) denuncia a falta de políticas para o escoamento das produções familiares resultando em perda de safras e atenuando as desigualdades inerentes ao sistema capitalista que, devido a sua escala global, possui o controle no sociometabolismo das mais diferentes sociedades. Devemos levar em consideração que o trabalho camponês possui características próprias. “No campo, as atividades são divididas de acordo com o trabalho coletivo da família. Crianças, jovens e adultos desempenham funções de acordo com a realidade da comunidade” (Mourão, Uchôa & Vasconcelos, 2020, p.

443). Nesse caso, embora muitas pessoas pensem que o trabalho da criança é ilegal, seu trabalho é considerado natural.

A partir de Uchôa (2018), é possível inferir que o trabalho de crianças e jovens na agricultura familiar é qualitativamente diferente da exploração do trabalho pelo capitalismo rural, pois eles/as não são obrigados/as a desempenhar nenhuma atividade, nem lhes é negada a infância nem a escolarização, não são cobrados/as por desempenho nem são submetidos/as a situações desumanas e degradantes.

Diante deste quadro, consideramos que as dimensões da EC devem ser levadas em conta nas demonstrações feitas a partir da discussão dos textos levantados sobre as categorias elegidas para a feitura desta pesquisa. Para isso, destacamos as dimensões da EC identificadas no *corpus* da pesquisa, algumas características do desenvolvimento econômico brasileiro considerando que ele influencia a política da EC e do Desenvolvimento Regional e como a política da EC se expressa no estado do Amazonas, que é o nosso recorte do cenário amazônico.

Articulações entre políticas públicas, educação do campo e desenvolvimento regional

Com o intuito de articularmos a EC às políticas públicas e ao desenvolvimento regional, as dimensões política, pedagógica e produtiva da EC nortearam nossas buscas. Dessa forma, a partir da compreensão da EC enquanto expressão política de contraposição ao modelo vigente da sociedade, o capitalismo, tomando como base referencial as pedagogias críticas e a própria característica específica do trabalho camponês, devemos considerar ainda que de maneira breve a forma que o capitalismo se desenvolveu no Brasil, pois é nesse processo que as ações de desenvolvimento regional surgem e se põem na agenda política brasileira. Souza (2018), Batista (2019), Farias e Faleiro (2020) afirmam que os problemas relacionados à negação dos direitos dos povos do campo são a herança do colonialismo e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Souza (2018) destaca ainda que a formação econômica brasileira passou pelos processos históricos de colonização agroexportadora, substituição das importações, ditadura militar e inclinação do Estado ao Neoliberalismo. Cada um desses processos causou impactos na sociedade brasileira com marcas que perduram no tempo.

A colonização é o principal fator da alta concentração de terras no Brasil. “A estrutura fundiária é gestada no processo de colonização advinda da política de Sesmaria. Isso porque, no período colonial, a terra esteve sob o domínio da Coroa Portuguesa. Esta, através do capitão donatário, era doada a quem a tornasse produtiva” (Batista, 2019, p. 61).

Posteriormente, com o governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) surge a política de substituição das importações, “... o projeto de desenvolvimento econômico do país estava entrelaçado com a redução da dependência de insumos industriais e energéticos importados. O avanço da industrialização pesada era extremamente necessário” (Souza, 2018, p. 92), inclusive para que mais tarde fosse possível mudar a pauta de exportações. Assim inicia a modernização tardia da economia brasileira que foi ampliada na ditadura militar. Souza (2018) considera que, de 1964 a 1985, a ditadura militar trouxe à economia brasileira uma nova fase.

O governo militar defendeu um modelo de desenvolvimento capitalista baseado em alianças entre o Estado, empresas multinacionais e capitais locais. Os impactos negativos do projeto de desenvolvimento dos governos militares autoritaristas estão relacionados ao

processo que Seabra (2011), Soares (2017), Maciel, Cavalcante Filho, Lima Júnior e Souza (2018) e Queiroz (2019) denominam como Modernização Agrícolaⁱⁱ, que se baseia na utilização de grandes máquinas e tecnologias como as sementes transgênicas, para aprimorar e dinamizar os custos e o tempo de produção, exclui postos de trabalho na produção agrícola, o que impacta no êxodo rural, precarizando a realidade do/a trabalhador/a rural, sem terra e a partir da modernização agrícola, sem trabalho e sem emprego. Dessa forma, o maior impacto dos governos militares na realidade camponesa foi a ampliação da subsunção do/a trabalhador/a do campo e do próprio campo ao capital.

Batista (2019) afirma que no âmbito da política de modernização agrícola foi ponderada a possibilidade da reforma agrária sem conflitos. Assim, na ditadura militar recomendações do Banco Mundial para reforma agrária sem conflitos por meio de concessão de crédito ao/à camponês/camponesa e compra de terras de grandes proprietários/as foram seguidas. Nesse contexto, a ditadura apenas ampliou as desigualdades existentes no campo.

No período após a redemocratização do Brasil, o Estado passa por reformulações para atender a necessidades relacionadas às dinâmicas de reestruturação do capital. Autores/as como

Seabra (2011), Giron (2008), Camacho (2017), Alves (2017), Souza (2018) e Goergen (2019) afirmam que essas reformulações são resultados da mudança de orientação do Estado, que passou a atender ao Neoliberalismo.

A partir de suas revisões de literatura, para Alves (2017), a mudança no Neoliberalismo é ideológica. Se as pessoas acreditam que a crise é curta e efêmera, e que a única forma de relacionamento é o capitalismo, assim como a ineficiência do setor público, então viabiliza a defesa do argumento do Estado mínimo. Assim, “... a definição e os rumos das políticas públicas em educação não são compreensíveis sem atender para o processo de globalização econômica e a hegemonia político-econômica neoliberal” (Goergen, 2019, p. 70).

Para Carvalho (2019, p. 787), “... política pública implica necessariamente discorrer o fato de que as ações estatais capazes de realizar os direitos fundamentais (incluídos aqui os direitos sociais) pressupõem decisões acerca do dispêndio de recursos públicos”. Esta premissa é utilizada por países neoliberais para justificar cortes de gastos (gastos congelados) por meio da materialização de direitos sociais. No entanto, o dispêndio de recursos públicos não tem sido utilizado como motivo para não investir no setor

privado e injetar capital em bancos e empresas. Para Giron (2008), o neoliberalismo expressou uma saída política, econômica e jurídica específica para a solução dos problemas cíclicos da economia do mundo capitalista.

É nessa lógica neoliberal que as políticas públicas dos últimos 30 anos se desenvolvem, embora autores/as como Souza (2018) e Ribeiro (2014) assinalem que as necessidades dos povos do campo e o desenvolvimento regional entre outras demandas tenham sido postas na agenda política dos governos do Partido dos Trabalhadores, não houve ruptura com o Neoliberalismo, nem uma proposta de reestruturação política, social ou produtiva. Nesse sentido, Giron (2008) e Costa (2009) apresentam elementos que nos permitem apontar a articulação entre a educação e o desenvolvimento regional direcionada a partir da teoria do capital humano.

Costa (2009) pondera que, em virtude de novas bases materiais de produção provenientes das novas tecnologias e das novas formas de organização da produção, há uma crescente demanda de um/a trabalhador/a cada vez mais qualificado/a, capaz de lidar com a gigante quantidade de inovações que a todo instante surgem no mercado. A exigência premente por uma concepção moderna de qualificação, que vai além das

habilidades técnicas, como também uma educação permanente e atualizada, capaz de gerar habilidades de trabalho possíveis de permitir ao/à trabalhador/a a criação de novos métodos para resolução de problemas que tenderão a ser cada vez mais complexos, o que constitui uma das principais necessidades da atualidade.

Consideramos que a assertiva de Costa (2009) não corresponde apenas ao contexto urbano, estas novas formas de organização da produção e a necessidade do/a profissional cada vez mais qualificado/a também podem ser incorporadas pelo setor agrícola na busca pela melhoria de produtividade. Outra preocupação é que as inovações de mercado influenciam na adoção do desenvolvimento sustentável pela retórica e propaganda da indústria agrícola.

A partir de Souza (2018, p. 242), observamos que a relação entre educação e desenvolvimento regional é mais evidente na formação política de formação técnica, uma vez que “A educação profissional tem sido utilizada ... como recurso para redução das desigualdades regionais, determinada constitucionalmente como um dos eixos da estratégia de desenvolvimento nacional”. Contudo, o mesmo autor adverte para que não tenhamos a falsa inferência de que as instituições de educação profissional são agências de promoção do desenvolvimento

regional, mas sim, podem contribuir para tal, sem deixar de considerar que este não é o único potencial destas instituições. A perspectiva do autor pode ser contemplada por Mourão, Nogueira, Araújo e Souza (2015, p. 64), que enfatizam que as instituições de educação profissional (especificamente os Institutos Federais de Educação) são instituições capazes de produzir “... massa crítica que leve a novos padrões de trabalho, de sociedade e de educação que oportunizem a emancipação política e humana”.

Mourão, Nogueira, Araújo e Souza (2015) e Souza (2018) expõem a existência de várias concepções de desenvolvimento regional, com as quais nem sempre a EC pode se articular, mas, nas últimas décadas vem se discutindo algo que pode abarcar objetivos em comum com a maneira de viver e produzir do/a camponês/camponesa, o desenvolvimento sustentável. A partir dos estudos de Seabra (2011), Rocha (2016), Maringa e Ruscheinsky (2017), compreende-se que a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que ocorreu em Estocolmo - Suécia em 1972, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro em 1992, possuem centralidade no debate sobre o desenvolvimento sustentável. Já que nessas

conferências foram discutidas pautas relacionadas à iminência do esgotamento dos recursos naturais provocado pela lógica de desenvolvimento vigente, nelas foram firmados compromissos para a diminuição da degradação do ambiente e diminuição das desigualdades – os quais foram reafirmados na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2012.

Para Rocha (2016), na Conferência de Estocolmo os/as representantes dos países participantes definiram a direção da política ambiental da ONU para os 20 anos seguintes, o que desencadeou impacto na política ambiental do Brasil – como impacto imediato da conferência de Estocolmo foi criada em 1973 a SEMA, Secretaria do Meio Ambiente. Sobre a Rio-92, temos que ela pode ser considerada o marco reflexivo para uma economia ambientalmente menos danosa. Os resultados dessa conferência foram, além da Agenda 21, que se constituiu em um extenso plano de ação para o estabelecimento de parâmetros de sustentabilidade, vários tratados internacionais sobre mudança climática e biodiversidade.

A partir de Oliveira (2017), destacamos a criação da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT –, em 2006, e da

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT – em 2007 como reflexo dos debates internacionais sobre as questões ambientais. Senra, Sato, Mello e Campos (2017), Souza (2018), Batista (2019) evidenciam o desenvolvimento regional como pauta da EC e da agricultura familiar, um exemplo é o apontamento de Senra, Sato, Mello e Campos (2017) do desenvolvimento sustentável como eixo formativo do Projovem campoⁱⁱⁱ.

Entretanto, Seabra (2011) salienta que a hegemonia do desenvolvimento sustentável está em disputa, diversas instituições nacionais e internacionais apresentam concepções distintas sobre o assunto. Além disso, a partir da reflexão do texto de Rejani (2011), ao verificarmos que o desenvolvimento sustentável também está presente nos discursos de bancos públicos e privados, chegamos ao entendimento de que a preocupação destes bancos não é com a sustentabilidade, mas se trata de um novo nicho de mercado para obtenção de altos lucros.

Considerações finais

O mapeamento permitiu a análise de algumas das bases teóricas que retratam as dimensões da EC e suas principais articulações, assim apontamos que o objetivo de compreender as dimensões

políticas da EC no país e no contexto amazônico por meio da literatura acadêmica especializada foi atingido. Destacamos que o grande número de produções encontrado nas bases pesquisadas, após as buscas e as técnicas de seleção, constituiu o *corpus* com 216 textos, dos quais – após leitura – 57 foram fichados e analisados (cerca de 26,3%).

A partir destes resultados apontamos que se trata de um debate atual, e nesse contexto a revisão da literatura permite sistematizar a produção contemporânea e possibilita um retrato destas produções no contexto nacional e regional/local para pesquisas futuras. A revisão de literatura revelou que a nível nacional o movimento social é protagonista do desenvolvimento da política de EC, porém no nível local, no Amazonas, o protagonismo da EC é das instituições de ensino superior, mas vale lembrar que as ações destas instituições somente podem ser materializadas porque os movimentos sociais do campo conquistaram importantes direitos referentes à EC em todo o país.

A pandemia do coronavírus impôs desafios para a feitura da revisão de literatura que tomou lugar neste artigo, tornando inviável a contribuição dos textos físicos dos acervos das bibliotecas da UFAM e UEA, bem como as produções bibliográficas físicas de autores/as do

estado do Amazonas, o que implicou em baixo número de textos no *corpus* da pesquisa segundo os critérios de autoria. No tocante às produções em periódicos qualificáveis lançamos mão de algumas indicações: a primeira delas é que os cursos de graduação encorajem, incentivem a publicação dos resultados dos trabalhos de conclusão de curso sobre a EC (e outros) em revistas qualificáveis; a segunda é que os programas de pós-graduação incentivem as publicações dos/as seus/suas pós-graduandos/as nas revistas mais relevantes e bem avaliadas da Capes, o que contribui para que seus artigos apareçam nos primeiros resultados dos indexadores como *Google Acadêmico* e *SciELO*; e por último, que sejam formadas parcerias entre os cursos graduação, programas de pós-graduação e professores/as do campo visando o desenvolvimento de pesquisas, disseminação dos seus resultados em revistas sobre práticas docentes, políticas públicas entre outras temáticas relacionadas à EC.

O trabalho reflexivo debruçado sobre esse *corpus* nos proporcionou a identificação de diferentes dimensões da EC: a dimensão política, a dimensão pedagógica e a dimensão produtiva. Além disso, o desenvolvimento sustentável é pautado na EC, mas seu conceito está em

disputa, o que reforça a força da política no direcionamento da EC, posto que até a conceituação padece de lutas sociais que em seu bojo trazem diferentes projetos de sociabilidade para os povos do campo. Sobre a questão suscitada a partir do levantamento dos textos em torno da viabilidade do desenvolvimento regional sustentável na forma atual de organização produtiva da sociedade capitalista, não identificamos, nos conceitos de desenvolvimento sustentável presentes no *corpus* da revisão de literatura, a possibilidade de cerceamento da expansão do capitalismo no campo amazônico, isso porque, ainda que a política de desenvolvimento sustentável seja ampliada e busque se articular ao modo de vida camponesa, as amplas desigualdades do país não serão sanadas.

Nesta direção, destacamos, por fim, que a produção do conhecimento na EC tem sido “... desenvolvida majoritária, mas não exclusivamente, como uma ação que ocorre nas, com as e por meio das práticas sociais protagonizadas por seus sujeitos, ligada aos contextos territoriais nos quais se produz sua vida material” (Molina, Antunes-Rocha & Martins, 2019, p. 03). Reiteramos, portanto, a defesa dos movimentos sociais na luta pela manutenção dos direitos adquiridos e na busca pelo avanço da EC em relação aos

aspectos estruturais e pedagógicos, de maneira a sublinhar que tais movimentos são parte crucial da manutenção dessa modalidade educacional.

Referências

Alves, C. P. (2017). Políticas de identidade e políticas de educação: Estudo sobre identidade. *Psicol. Soc.*, 29, 1-9. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i2186>.

Arroyo, M. G., & Fernandes, B. (1999). *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Articulação nacional por uma educação básica do campo. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 2).

Batista, G. L. (2019). *A política de educação do campo no território do Cariri Ocidental paraibano: 2003 – 2013* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

Borges, H. S. (2015). *Formação contínua de professores (as) da educação do campo no Amazonas (2010 a 2014)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

Brasil. (2010). Decreto-lei nº N° 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 nov.

Brasil. (2002). *Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002*. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Recuperado de: <https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf>

[/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf](#)

Caldart, R. S. (2014). Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. *Revista Trabalho Necessário*, 2(2), 1-16. <https://doi.org/10.22409/tn.2i2.p3644>.

Caldart, R. S. (2004). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular.

Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). (2012). *Dicionário da educação do campo*. 2nd ed. Rio de Janeiro, RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular. Recuperado de: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>.

Camacho, R. S. (2017). A Educação do Campo em Disputa: Resistência Versus Subalternidade ao Capital. *Educ. Soc.*, 38(140), 649-670. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017177792>

Carvalho, O. F. (2019). As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. *Rev. Investig. Const.*, 6(3), 773-794. <https://doi.org/10.5380/rinc.v6i3.59730>

Costa, A. L. F. (2009). *Educação e desenvolvimento regional: evidências para a Região Norte* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

De-La-Torre-Ugarte, M. C., Takahashi, R. F., & Bertolozzi, M. R. (2011). Revisão sistemática: noções gerais. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45(5), 1260-1266. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000500033>

Farias, M. N., & Faleiro, W. (2020). *Educação Dos Povos do Campo no Brasil*:

- Colonialidade/Modernidade e Urbanocentrismo. *Educ. rev.*, 36, 1-21. <https://doi.org/10.1590/0102-4698216229>.
- Giron, G. R. (2008). Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com cidadania?. *Revista de Educação PUC-Campinas*, 24, 17-26.
- Goergen, P. (2019). Educação e Sociedade e as Políticas Públicas em Educação. *Educ. Soc.*, 40, 1-26. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019215966>.
- Maciel, R. C. G., Cavalcante Filho, P. G., Lima Júnior, F. B., & Souza, E. F. (2018). Distribuição de renda na Amazônia: um estudo dos polos agroflorestais em Rio Branco, AC.DRD-Desenvolvimento Regional em Debate, 8(2), 108-142. <https://doi.org/10.24302/drd.v8i2.1416>.
- Magalhães, M. G. S. D., & Lyra Junior, A. A. (Org.). (2015). *Desenvolvimento regional da Amazônia: limites e possibilidades*. Boa Vista: EDUFRR.
- Maringa, J. T., & Ruscheinsky, A. (2017). Políticas públicas decorrentes da mudança no Código Florestal. *Interações*, 18(3), 83-96. <https://doi.org/10.20435/inter.v18i3.1441>.
- Marx, K. (1996). *Os economistas. O capital*. v. 1. São Paulo: Nova Cultural.
- Mendes, G. C. (2010). *A educação do campo na concepção e no trabalho pedagógico dos professores de uma escola da zona rural de Manaus* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado do Amazonas, Manaus.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2001). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 19th ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ministério da Educação. (2012). *Educação do campo: marcos normativos*. Brasília, DF: SECADI.
- Molina, M. C., Antunes-Rocha, M. I., & Martins, M. F. A. (2019). A produção do conhecimento na licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento da educação do campo. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 1-30. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240051>.
- Mourão, A. R. B., Nogueira, S. C. C., Araújo, J. J. C. N., & Souza, J. E. R. (2015). Governança, Território e Desenvolvimento: uma leitura das finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia Brasileira. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 15, 53-69. Recuperado de: <https://revistas.ucp.pt/index.php/investigacaoeducacional/article/view/3410>.
- Mourão, A. R. B., Uchôa, I. C., & Vasconcelos, L. M. (2020). Educação do Campo e Práticas Pedagógicas: relações de trabalho em comunidades amazônicas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15, 436-450. <https://doi.org/10.21723/riaee.v15i2.12642>.
- Muenchen, C., & Sául, T. S. (2020). A interdisciplinaridade nas Licenciaturas em Educação do Campo nas Ciências da Natureza: possibilidades e desafios. *Ensino em Re-Vista*, 27(1), 203-227. <https://doi.org/10.14393/ER-v27n1a2020-9>.
- Oliveira, M. E. B. (2017). Educação do campo como espaço em disputa: análise dos discursos do material didático do projuvem campo - saberes da terra. *Educ. rev.*, 33, 1-24. <https://doi.org/10.1590/0102-4698164131>.
- Opas/Oms. (2020). *Organização Pan-Americana da Saúde/ Organização*

Mundial da Saúde no Brasil. Brasília, DF. Recuperado de: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=885:opas-oms-no-brasil&Itemid=672.

Queiroz, S. G. (2019). *Educação escolar da juventude do campo: Contribuições da pedagogia histórico-crítica para o trato com o conhecimento no currículo dos trabalhadores do campo* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Rejani, F. M. (2011). *Desenvolvimento sustentável e agenda de atuação dos bancos públicos comerciais brasileiros: uma análise da estratégia negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Ribeiro, P. A. (2014). *Política pública de assistência social e sustentabilidade na Amazônia: um estudo nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Rocha, S. M. (2016). *A articulação das políticas de biodiversidade, inovação e biotecnologia nos estados do Amazonas, Pará e Tocantins* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Seabra, V. N. (2011). *Os impactos do paradigma do conceito de desenvolvimento sustentável na formação do técnico agrícola do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas IFAM-Campus Zona Leste* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Senra, R. E. F., Sato, M. T., Mello, G. J., & Campos, A. G. (2017). *Juventudes, Educação do Campo e Formação Técnica: um estudo de caso no IFMT*. *Educ. Real.*,

42(2), 605-626. <https://doi.org/10.1590/2175-623655385>

Silva, A. L. B. (2020). *A educação do campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do Movimento Nacional da Educação do Campo*. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, 20, 1-24. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e112>

Silva, S. S. (2017). *Políticas de formação inicial de professores do campo em Parintins: contextos e contradições* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Soares, M. P. (2017). *Assentamentos rurais sustentáveis na Amazônia* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Souza, J. E. R. (2018). *A contribuição do IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira para o desenvolvimento local/regional frente à diversidade étnica e cultural da região do Alto Rio Negro no Amazonas (2007 – 2014)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Souza, M. A. (2020). *Pesquisa Educacional Sobre Mst e Educação do Campo no Brasil*. *Educ. rev.*, 36, 1-22. <https://doi.org/10.1590/0102-4698208881>.

Tavares, M. T. S. (2018). *Da educação rural à educação do campo no Amazonas: rupturas e permanências* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Uchôa, I. C. (2018). *Trabalho e Educação do Campo no contexto amazônico: um estudo em uma comunidade camponesa do Médio Rio Solimões* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Universidade do Estado do Amazonas. (2001). *Sobre a UEA: apresentação. Manaus.* Recuperado de: https://www1.uea.edu.br/sobre.php?dest=a_presentacao#.

Universidade Federal do Amazonas. (ca. 2018). *Institucional: história.* Manaus. Recuperado de: <https://ufam.edu.br/historia.html>.

Vilhena Júnior, W. M. (2013). *A política de educação do campo entre o pensado e o praticado: um estudo sobre convênio UEA/INCRA/PRONERA (2004/2008)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

ⁱA Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, decretou o distanciamento social como forma de prevenir a proliferação do vírus, também a OMS sugeriu a suspensão das aulas e atividades presenciais em escolas, universidades, cursos e do comércio não essencial, conforme a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/Oms, 2020).

ⁱⁱMaciel, Cavalcante Filho, Lima Júnior e Souza (2018) afirma que a modernização da agricultura é baseada na introdução do capital na forma de máquinas pesadas, o que abre espaço para os/as trabalhadores/as do campo. Devido ao aumento do preço do capital, a política agrícola alcançou a modernização mantendo artificialmente o capital barato, subsidiando o crédito rural.

ⁱⁱⁱPrograma Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo - Saberes da terra, ver em: <http://www.fn.de.gov.br/acesibilidade/item/11525-programa-nacional-de-inclus%C3%A3o-de-jovens-projovem-campo-saberes-da-terra>

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 07/06/2021
Aprovado em: 12/10/2021
Publicado em: 15/12/2021

Received on June 07th, 2021
Accepted on October 12th, 2021
Published on December, 15th, 2021

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Funding

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Como citar este artigo / How to cite this article

APA
Silva, C. F., Ribeiro, J. B., Oliveira, M., & Borges, H. S. (2021). Dimensões da Educação do Campo no Amazonas: pistas a partir da literatura especializada. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12403. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12403>

ABNT
SILVA, C. F.; RIBEIRO, J. B.; OLIVEIRA, M.; BORGES, H. S. Dimensões da Educação do Campo no Amazonas: pistas a partir da literatura especializada. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 6, e12403, 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12403>